



<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA</b>	
Entrada nº:	148
Data:	13 ABR 2016

**Exmo. Senhor**

**Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,**

**Dr. Domingos Quintas**

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.04.12

**ASSUNTO:** Proposta n.º 290-P/2016

«Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para 2016, que se consubstancia no aditamento de um total de 5 postos de trabalho, de natureza transitória, na carreira de Técnico Superior».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e artigo 32º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2016, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de abril de 2016.

**Com os melhores cumprimentos,**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

**Basílio Horta**



PATRIMÓNIO MUNDIAL AQUÍLIOS E SÉRIE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete Municipal de Apoio aos Órgãos Municipais - Seção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gcom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA  
**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

4

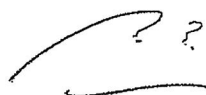
Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 12.04.2016.**

**Proposta nº 290-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:**

**VOTAÇÃO:** *aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 12 de abril de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/[gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)

**PROPOSTA Nº. 290-P/2016**

**I – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL E MAPA DE RECRUTAMENTOS  
APROVADO PARA 2016**

Considerando que, de acordo com o que resulta dos artigos 28.º e 29 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo mapa de pessoal “tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver” no referido período temporal, e em face da missão, das atribuições, da estratégia e dos objetivos fixados, elementos que devem acompanhar a proposta de orçamento;

Considerando que, também nos termos do disposto no artigo 29.º do referido diploma legal, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam, incluindo o perfil de competências transversais complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho;

Considerando que o mapa de pessoal vigente para o ano de 2016, aprovado por deliberação tomada em reunião ordinária do órgão executivo municipal de 27 de outubro de 2015 e deliberação tomada em reunião de 19 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal, incluiu a previsão das necessidades então identificadas pelos serviços, essenciais à prossecução dos objetivos estratégicos municipais para o ano em causa, suscitadas em sede de planeamento das atividades;

Considerando que, em data recente, veio a Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, identificar a urgente necessidade de resolução do “passivo” processual acumulado, ou seja, de se proceder à redução do elevado número processos/procedimentos pendentes em arquivo no DGT- DGLI;

Considerando que estaremos em presença de uma tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro, a qual justifica, nos termos do previsto na alínea f) do nº 1 do artigo 57º da Lei Geral do trabalho em funções Públicas, o recurso à outorga de contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, a qual deve ser precedida de correspondente procedimento concursal, nos termos do preceituado no nº. 5 do artigo 56º da mesma LGTFP.

Reunião de

12 ABR, 2016

Doctº Agendado com o  
Nº 4 1



Considerando que, mercê do exposto, se entende pertinente e necessário que se proceda ao ajustamento do mapa de pessoal da autarquia, bem como ao mapa de recrutamentos aprovado para 2016, garantindo-se a adequação dos referidos instrumentos às reais necessidades entretanto identificadas pelos serviços municipais;

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 32º da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, “As autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei nº. 73/2013, de 3 de Setembro (...) no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respectivas finanças locais”;

Considerando que, de acordo com declaração emitida pelo Departamento de Administração, Finanças e Património, cuja cópia se anexa, passando a fazer parte integrante da presente proposta, encontra-se demonstrado o cumprimento, pelo Município de Sintra, das regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade, não se encontrando em situação de saneamento ou ruptura, verificando-se, neste contexto, as exigências legais a que se refere o artigo 32º da Lei de Orçamento de Estado para 2016, que permitem o recrutamento de trabalhadores;

Considerando que, de acordo com o previsto na alínea b) do nº. 1 do artigo 31º da LTFP, o orçamento de recursos humanos deve prever os encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovado e para os quais se preveja os recrutamentos, sendo que, no orçamento de RH para 2016 foi prevista uma verba de 900.000,00€, necessária para garantir o provimento dos postos de trabalho essencialmente decorrentes dos processos de internalização das atividades das empresas municipais, bem como para acomodar os novos recrutamentos autorizados e pendentes, para 2015 e 2016. Sucedendo, no entanto que o montante assim consignado em orçamento, tomou como referência prazos precoces de conclusão dos procedimentos concursais, existirá, neste contexto, disponibilidade financeira para acomodar o valor dos encargos com os recrutamentos ora propostos, sendo que a rubrica orçamental indicada (“recrutamento para novos postos de trabalho”, 06.01.00.01.01.04.04), apresenta saldo disponível, o qual poderá ainda ser objeto de reforço em valor correspondente a verbas inerentes a postos de trabalho que venham a ficar permanentemente desocupados e tal como permitido pelo nº. 7 do artigo 31º da LGTFP, junto se anexando declarações de cabimento, emitidas pelo Departamento de Administração, Finanças e Património em 31 de março de 2016 (informações de cabimento nºs. 7416001019 – 0010; 7416001020 – 0019; 7416001021 – 0024; 7416001022-0021, que ora se anexam e passam a fazer parte integrante da

Reunião de

12 ABR. 2016

2



presente Proposta) e correspondente aos encargos a assumir com os recrutamentos ora propostos.

Considerando que estarão, deste ponto de vista, reunidos os pressupostos e requisitos legais exigíveis ao necessário ajustamento do mapa de pessoal e mapa de recrutamentos às necessidades assim identificadas pela DM-APG, num total de 5 postos de trabalho, na carreira Técnica Superior, a prover por titulares de Licenciatura adequada e, preferencialmente, na área de Arquitectura,

Tenho a honra de **PROPOR** que:

- 1- o **órgão executivo municipal** **aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal**, ao abrigo das competências conferidas pelo n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alínea o), do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a **Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para 2016**, a qual se consubstancia no **aditamento de um total de 5 postos de trabalho, de natureza transitória, na carreira de Técnico Superior**, com a caracterização constante em Anexo I à presente Proposta e que da mesma faz parte integrante:

Unidade Orgânica	Número de postos de trabalho necessários, de natureza transitória	
	Técnico Superior	TOTAL
DM-APG – DGT-DGLI	5	5

- 2- **Que o órgão executivo municipal aprove**, ao abrigo das competências conferidas pelos artigos 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, artigo 32º da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento de Estado para 2016 e artigo 4º do Decreto-Lei nº. 209/2009, de 3 de Setembro, na actual redacção, tendo em conta as necessidades evidenciadas, bem como as disposições legais aplicáveis em matéria de gestão das despesas com pessoal, **o seguinte aditamento ao mapa de recrutamentos para 2016**, anteriormente aprovado, correspondente agora à abertura do procedimento concursal que se identifica como urgente, orientado para contratação, a termo resolutivo certo e por um período inicial de um ano, de 5 Técnicos Superiores, tendente à execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro, correspondente à necessidade de se proceder à redução do

Reunião de

12 ABR. 2016

3



elevado número processos/procedimentos pendentes em arquivo no DGT-DGLI :

<i>Carreira</i>	<i>Área funcional</i>	<i>Serviço</i>	<i>Número de postos de trabalho (natureza transitória)</i>
Técnico Superior	Licenciatura adequada e, preferencialmente, em Arquitectura	DGT - DGLI	5

## **II - AUTORIZAÇÃO PARA ALARGAMENTO DA ÁREA DE RECRUTAMENTO A PESSOAL NÃO DETENTOR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO**

Considerando que, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 30º da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, “O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado”, admitindo-se, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho, a possibilidade de se recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, precedendo parecer favorável do órgão executivo, nos termos das disposições conjugadas do nº. 3 do artigo 10º da Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho e nº. 5 do artigo 30º da LTFP;;

Considerando que no contexto da internalização das actividades da empresa Municipal EDUCA e do correspondente Plano de Internalização, foram previstos postos de trabalho, justamente, na carreira Técnica Superior, área funcional de Arquitectura, destinados exclusivamente a candidatos já detentores de relação jurídica de emprego público ou em situação de equiparação, legalmente estabelecida, tendo já sido accionada a reserva de recrutamento existente no aludido procedimento concursal, através da contratação da totalidade dos candidatos aprovados no âmbito do mesmo, justamente para satisfação de necessidades dos serviços anteriormente identificadas, inexistindo candidatos em reserva que possam ser convocados para o efeito;

Considerando que se perspectiva, pois, atento o diminuto número de candidatos já vinculados que apresentaram candidatura ao referido procedimento concursal, uma impossibilidade de concretização da totalidade dos recrutamentos identificados como necessários, no âmbito do procedimento concursal a encetar, por trabalhadores da administração pública, com vínculo de trabalho por tempo indeterminado previamente estabelecido, sendo que também a generalizada insuficiência de efectivos na autarquia, impede que se pondere quanto à reafecção de Técnicos Superiores de outras unidades orgânicas da CMS;

Reunião de

12 ABR. 2016



Considerando que se afigura, neste contexto, pertinente que o procedimento concursal a realizar possa viabilizar a candidatura de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do previsto no nº. 5 do artigo 30º da LGTFP, mediante expressa autorização do órgão executivo municipal e sem prejuízo da estrita observância da regras legais em vigor;

Considerando que tal deverá, no entanto, ser precedido, de concreta verificação quanto à observância das regras legais em vigor em matéria de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais a que se referem o artigo 32º da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento de Estado para 2016, artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, artigo 4º do Decreto-Lei nº. 209/2009, de 3 de Setembro, na actual redacção e artigo 10º da Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho e nos termos dos quais se exige, em síntese:

- Que se demonstre a existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência de recursos humanos no sector de atividade a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra: quanto a este particular, é manifesta a imperiosa necessidade de concretização das ações e operações descritas, num quadro de clareza, transparência e celeridade na decisão que se pretende atingir no tratamento de questões vitais para a economia local, como são as que decorrem dos processos de licenciamento e gestão urbanística e gestão e ordenamento do território.

Também quanto à evolução dos efetivos, a situação real do Município de Sintra é conhecida: desde 2010 e por força das exigências que decorreram das sucessivas Leis de Orçamento de Estado, o Município de Sintra foi forçado a proceder à redução de efetivos, a uma média de cerca de 2% de efectivos em cada ano, o que se traduziu numa generalizada insuficiência de recursos humanos, nas mais variadas áreas de atividade municipal, o que impede que se pondere, inclusive, quanto à reafecção de trabalhadores de outras unidades orgânicas da CMS, na medida em que se encontra suficientemente documentada a generalizada falta de efectivos.

E, considerando, por fim, que:

Os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Públicas, e demais legislação aplicável, têm vindo a ser pontual e integralmente cumpridos por esta Autarquia, através dos obrigatórios reportes de informação;

No seguimento de reunião de coordenação jurídica, da Direcção-Geral das Autarquias

Reunião de

12 ABR. 2016

5



Locais, de 15 de maio de 2014, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local homologou, em 15 de julho de 2014, solução interpretativa uniforme que preconiza que *"As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação."*, entendimento que vem sendo acolhido por esta Autarquia, o que significa que se encontra dispensada a obrigatoriedade de execução de procedimento prévio tendente à consulta de trabalhadores em situação de requalificação;

Considerando, assim, encontrarem-se cumpridos genericamente os requisitos cumulativos exigidos pelo artigo 32º da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento de Estado para 2016, artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, artigo 4º do Decreto-Lei nº. 209/2009, de 3 de Setembro, na actual redacção e artigo 10º da Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho, para que possa ser autorizado o alargamento da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, relativamente ao procedimento concursal supra identificado,

**Tenho a honra de PROPOR que o órgão executivo municipal aprove** a abertura de procedimento concursal tendente à outorga de contratos de trabalho a termo resolutivo certo em causa, com fundamento na alínea f) do nº. 1 do artigo 57º da LGTFP, **deliberando-se no sentido da possibilidade de candidatura de candidatos que não possuem um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido**, sem prejuízo da confirmação, a realizar em momento prévio ao do efectivo provimento dos postos de trabalho em causa, quanto ao cumprimento e estrita observância da regra de "impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho" por recurso a pessoal já detentor de vínculo por tempo indeterminado, consagrada no disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 10º da Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho.

Município de Sintra, aos 4 de abril de 2016

O Presidente da Câmara

  
Dr. Basílio Horta

Reunião de

12 ABR. 2016

Doctº Agendado com o  
Nº 4





## Anexo I

### Caracterização dos Postos de Trabalho

Funções de Gestor de procedimento, previsto no nº8 do art.º9º do Regime Jurídico da Urbanização, designadamente:

- Proceder à elaboração de informações no âmbito do sistema de gestão territorial, avaliação de condicionantes legais (servidões administrativas e restrições de utilidade pública), e relatórios de análise crítica dos conteúdos regulamentares e cartográficos dos planos territoriais (PROT, PMOT, PEOT, etc.);
- Análise no âmbito do urbanismo e actividade administrativa associada ao planeamento e ordenamento do território, urbanização e edificação, licenciamentos turísticos, industriais e outras actividades económicas;
- Promover consultas que nos termos da Lei devam emitir com carácter vinculativo pareceres, autorizações, deferimentos etc.
- Elaborar informações diversas no âmbito da actividade de gestão urbanística municipal;
- Promover mecanismos que permitam garantir a informação aos interessados;
- Assegurar a instrução dos processos e a junção subsequente de novos documentos;
- Identificar os obstáculos ao normal desenrolar de cada procedimento;
- Assegurar o cumprimento dos prazos
- Promover e assegurar a apreciação liminar dos pedidos e comunicações respeitantes a operações de edificação e ou outras operações urbanísticas no Município;
- Assegurar a instrução dos processos de licenciamento ou comunicação prévia relativos a operações de loteamento urbano e a obras de urbanização e remodelação de terrenos;

Reunião de

12 ABR. 2016

Docto Agendado com o  
Nº 4





## CABIMENTO

Data: 01.01.2016

Nº de CABIMENTO: 7416001019-0010

Data do último ajuste de valor: 31.03.2016

Descrição: VENCIMENTOS - 2016

Referência: 5 TÉCNICOS SUPERIORES

Serviço Requisitante: DGRH/2015

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

**Orgânica:**

06.01 Dep. Recursos Humanos

06.01.00 Dep. Recursos Humanos

**Económica:**

D.01 Despesas com o pessoal

D.01.01 Remunerações certas e permanentes

D.01.01.04 Pessoal dos quadros - Regime ctr. individual traba

D.01.01.04.04 Recrutamento pessoal p/ novos postos de trabalho

PPI/AMR:

Nº Doc. financeiro: 400001019

Fundo:

### ORÇAMENTO DE 2016

Orçamento inicial:	900.000,00
Reforços / Anulações	0,00
Orçamento corrigido:	900.000,00
Despesas pagas:	0,00
Encargos assumidos:	498.229,60
Saldo disponível:	401.770,40
Despesa Emergente:	42.051,80
Saldo Residual:	359.718,60

Nº Processo: CT-2016/15002454

Reunião de

12 ABR. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 4

DATA IMPRESSÃO	HORA IMPRESSÃO	UTILIZADOR
31.03.2016	15:28:43	ICONSCIENCIA

Visto

*Duke Paço*

DFP - Departamento de Administração, Finanças e Património

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt



## CABIMENTO

Data: 01.01.2016

Nº de CABIMENTO: 7416001020-0019

Data do último ajuste de valor: 31.03.2016

Descrição: VENCIMENTOS - 2016

Referência: 5 TÉCNICOS SUPERIORES

Serviço Requisitante: DGRH/2015

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

06.01 Dep. Recursos Humanos

06.01.00 Dep. Recursos Humanos

Económica:

D.01 Despesas com o pessoal

D.01.01 Remunerações certas e permanentes

D.01.01.13 Subsídio de refeição

D.01.01.13.05 Subsídio de refeição - Regime ctr.ind.trabalho

PPI/AMR:

Nº Doc. financeiro: 400001020

Fundo:

### ORÇAMENTO DE 2016

Orçamento inicial:	2.250.000,00
Reforços / Anulações	0,00
Orçamento corrigido:	2.250.000,00
Despesas pagas:	17,08-
Encargos assumidos:	2.246.835,93
Saldo disponível:	3.164,07
Despesa Emergente:	3.138,45
Saldo Residual:	25,62

Nº Processo: CT-2016/15002454

Reunião de

12 ABR. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 4

DATA IMPRESSÃO

HORA IMPRESSÃO

UTILIZADOR

Visto:

31.03.2016

15:49:25

ICONSCIENCIA

*Dukefança*

DFP - Departamento de Administração, Finanças e Património

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt



## CABIMENTO

Data: 01.01.2016

Nº de CABIMENTO: 7416001021-0024

Data do último ajuste de valor: 31.03.2016

Descrição: VENCIMENTOS - 2016

Referência: 5 TÉCNICOS SUPERIORES

Serviço Requisitante: DGRH/2015

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

#### Orgânica:

06.01 Dep. Recursos Humanos

06.01.00 Dep. Recursos Humanos

#### Económica:

D.01 Despesas com o pessoal

D.01.01 Remunerações certas e permanentes

D.01.01.14 Subsídio de férias e de Natal

D.01.01.14.01 Subsídio de férias

D.01.01.14.01.05 Pessoal dos quadros - Regime ctr. individual traba

PPI/AMR:

Nº Doc. financeiro: 400001021

Fundo:

### ORÇAMENTO DE 2016

Orçamento inicial:	2.250.000,00
Reforços / Anulações	0,00
Orçamento corrigido:	2.250.000,00
Despesas pagas:	2.412,01
Encargos assumidos:	2.243.765,10
Saldo disponível:	6.234,90
Despesa Emergente:	3.822,89
Saldo Residual:	2.412,01

Nº Processo: CT-2016/15002454

Reunião de

12 ABR. 2016

Docto Agendado com o

Nº 4

DATA IMPRESSÃO

HORA IMPRESSÃO

UTILIZADOR

Visto:

31.03.2016

15:52:47

ICONSCIENCIA

*Dulce Franca*

DFP - Departamento de Administração, Finanças e Património

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt



## CABIMENTO

Data: 01.01.2016

Nº de CABIMENTO: 7416001022-0021

Data do último ajuste de valor: 31.03.2016

Descrição: VENCIMENTOS - 2016

Referência: 5 TÉCNICOS SUPERIORES

Serviço Requisitante: DGRH/2015

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

**Orgânica:**

06.01 Dep. Recursos Humanos

06.01.00 Dep. Recursos Humanos

**Económica:**

D.01 Despesas com o pessoal

D.01.01 Remunerações certas e permanentes

D.01.01.14 Subsídio de férias e de Natal

D.01.01.14.02 Subsídio de Natal

D.01.01.14.02.05 Pessoal dos quadros - Regime ctr. individual traba

PPI/AMR:

Nº Doc. financeiro: 400001022

Fundo:

### ORÇAMENTO DE 2016

Orçamento inicial:	2.250.000,00
Reforços / Anulações	0,00
Orçamento corrigido:	2.250.000,00
Despesas pagas:	34,33-
Encargos assumidos:	2.246.468,79
Saldo disponível:	3.531,21
Despesa Emergente:	3.504,32
Saldo Residual:	26,89

Nº Processo: CT-2016/15002454

Reunião de

12 ABR. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 4

DATA IMPRESSÃO

HORA IMPRESSÃO

UTILIZADOR

Visto:

*Dukefiança*

31.03.2016

15:56:32

ICONSCIENCIA

DFP - Departamento de Administração, Finanças e Património

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt



## DECLARAÇÃO

O artigo 32.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016, aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, estabelece que *"as autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e pela presente lei, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais"*.

Assim, para efeitos de aplicação do artigo 32.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016, declara-se que o Município de Sintra **não se encontra em situação de saneamento ou de rutura financeira**, como é demonstrado no quadro em anexo, elaborado com base no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, encontrando-se assim a **cumprir o limite da dívida total**.

Mais se declara, que o orçamento do Município de Sintra **observa o princípio do equilíbrio orçamental**, que determina que a *"receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo"*.

Reunião de

12 ABR. 2016

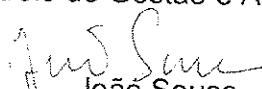
Sintra, 31 de março de 2016.

Doctº Agendado com o  
Nº 4

A Chefe da Divisão de Contabilidade  
e Controlo Orçamental

  
Dulce França

O Chefe da Divisão de Planeamento,  
Controlo de Gestão e Auditorias

  
João Sousa

# ANEXO

2015

Dívida total	valor	coeficiente*
1. Limite dívida total n.º 1 art. 52º da Lei nº 73/2013)	297 781 550	1,5
2. Dívida total a 01/01/2015	77 968 216	-
3. Margem absoluta para 2015 (1)-(2) (alínea b) do n.º 3 art. 52º da Lei nº 73/2013)	219 813 335	-
3.1. Utilização máxima da margem para 2015 (alínea b) do n.º 3 art. 52 da Lei nº 73/2013)	43 962 667	-
4. Limite máximo da dívida para 2015 (2)+(3.1)	121 930 882	
5. Dívida total a 31/12/2015	48 130 315	0,25
5.1. Contribuição CMS	43 656 457	0,22
5.2. Contribuição SEL	4 473 859	0,03
6. Redução da dívida em 2015 (2)-(5)	29 837 900	-

\* coeficiente calculado de acordo com o art.58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Equilíbrio orçamental	valores executados
Receita corrente	182 886 745,15
Despesa corrente	103 428 204,89
Amortização de empréstimos	34 552 004,93
Margem de equilíbrio	44 906 535,33

2016

Dívida total	valor	coeficiente*
1. Limite dívida total n.º 1 art. 52º da Lei nº 73/2013)	307 949 464	1,5
2. Dívida total a 01/01/2016	48 130 315	-
3. Margem absoluta para 2015 (1)-(2) (alínea b) do n.º 3 art. 52º da Lei nº 73/2013)	259 819 149	-
3.1. Utilização máxima da margem para 2016 (alínea b) do n.º 3 art. 52 da Lei nº 73/2013)	51 963 830	-
4. Limite máximo da dívida para 2016 (2)+(3.1)	100 094 145	
5. Dívida total a 01/01/2016	48 130 315	0,24
5.1. Contribuição CMS	43 656 457	0,21
5.2. Contribuição SEL	4 473 859	0,03
6. Redução da dívida em 2016 (2)-(5)	0	-

\* coeficiente calculado de acordo com o art.58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Equilíbrio orçamental	valores orçados
Receita corrente	143 522 123,00
Despesa corrente	117 486 410,00
Amortização de empréstimos	6 326 860,00
Margem de equilíbrio	19 708 853,00

Reunião de

12 ABR. 2016

Docto Agendado com o

Nº 4